



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
COMARCA DE MACAPÁ
2ª VARA CÍVEL E DE FAZENDA PÚBLICA DE MACAPÁ
RUA MANOEL EUDÓXIO PEREIRA, S/Nº

Nº do processo: 0027788-59.2022.8.03.0001

Magistrado: DIOGO DE SOUZA SOBRAL

I - RELATÓRIO

Trata-se de ação manejada por RANDOLPH FREDERICH RODRIGUES ALVES em desfavor de KARLYSON DA SILVA REBOLÇA, na qual pugna o autor pela concessão de liminar para determinar que o réu divulgue em suas redes sociais a mídia produzida pelo autor para fins de exercício do direito de resposta, bem como que seja publicada a decisão liminar no perfil pessoal do réu no Facebook.

Aduz o autor que o réu publicou, em 11/05/2022, em sua página pessoal no Facebook, vídeo contendo inverdades, como a alegação de que obras de pavimentação foram realizadas pelo Poder Público com o fito de favorecer o autor pela suposta propriedade de imóvel na via contemplada e que teria se valido de seu cargo enquanto Senador da República para gozar de tal benesse.

Aponta, ainda, que o réu se utiliza de termos para se referir ao autor, como “senador mimizento”, “gazela” e “fala fina”.

Assim, esclarece ter realizado notificação extrajudicial para pleitear o exercício do direito de resposta junto ao réu. Todavia, tal tentativa não somente restou infrutífera, como ensejou a publicação de novo vídeo do réu em 31/05/2022, com conteúdo alusivo ao requerimento extrajudicial apresentado.

No mérito, requer a confirmação da liminar, com a condenação do réu a publicar o vídeo de resposta e a sentença prolatada nos autos por 30 (trinta) dias nas páginas e perfis que administra.

O réu citado em 15/07/2022 (ordem #11), sustentou em sua resposta (ordem #13) que deixou de realizar a publicação do vídeo com resposta do autor pela ausência de notificação extrajudicial válida, uma vez que o documento juntado pela parte autora não foi recebido pessoalmente pelo réu.

Ao contestar a ação (ordem #16), reiterou os argumentos trazidos em resposta preliminar, apontando a inexistência de notificação extrajudicial válida. No mérito, apontou gozar de imunidade parlamentar por desempenhar mandato eletivo de vereador do município de Macapá, bem como que o vídeo publicado se trata de regular exercício da liberdade de expressão. Pugna, ao fim, pela improcedência da ação.

II - FUNDAMENTAÇÃO

a) Da Justificativa para a Não-Concessão do Direito de Resposta



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
COMARCA DE MACAPÁ
2ª VARA CÍVEL E DE FAZENDA PÚBLICA DE MACAPÁ
RUA MANOEL EUDÓXIO PEREIRA, S/Nº

A justificativa apresentada pelo réu não merece prosperar. Nada obstante a notificação extrajudicial tenha sido recebida por terceiros, o AR constante do corpo da peça justificadora diz respeito à correspondência encaminhada ao gabinete do réu na CMM. Ora, os gabinetes dos parlamentares são compostos por equipes que auxiliam o parlamentar no exercício de seu mister político-legislativo-fiscalizatório, de tal sorte que nada há mais natural que haver uma pessoa responsável pelo recebimento de documentos em uma estrutura pública deste tipo.

Desse modo, não há que se falar em necessidade estrita de que o AR seja assinado pelo réu, notadamente, quando este tomou conhecimento do conteúdo da notificação extrajudicial.

Outrossim, impõe-se a prevalência da teoria da aparência e da boa-fé objetiva.

No vídeo publicado pelo réu, em sua página pessoal do Facebook, em 31/05/2022, este faz alusão ao recebimento das correspondências do autor requerendo o exercício do direito de resposta. A propósito, reproduzo, *in verbis*, a “fala” do réu na ocasião, como é possível observar na referida mídia entre 0:37 e 0:55 segundos:

“[...] só que em nenhum momento eu citei o nome do Senador Randolfe, que inclusive, senhoras e senhores, através de seu escritório de advocacia, enviou aqui, ó, duas correspondência (sic), uma para minha casa, outra para cá pro gabinete (sic), pedindo que eu fizesse uma retratação[...].”

Assim, inviável se valer de uma escusa descabida como a ora apresentada, a fim de que o exercício do direito pretendido pelo autor não fosse efetivado extrajudicialmente.

Superado este ponto, passa-se à verificação da presença dos requisitos para concessão da medida liminar e dos elementos meritórios da lide.

Melhor dizendo, as liminares, na forma disciplinada pela codificação processual vigente no Brasil, dependem da presença dos seguintes elementos: a plausibilidade do direito pretendido e o perigo da demora.

No caso em análise, vislumbra-se a presença de ambos, como adiante restará descrito. Todavia, em se tratando de processo em fase de prolação de sentença, permitido o contraditório, não mais há que se falar em “plausibilidade do direito”, mas sim na sua efetiva existência ou não.

b) Do Direito Pretendido pelo Autor

Mostra-se factível o direito pleiteado em vista de uma análise material e



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
COMARCA DE MACAPÁ
2ª VARA CÍVEL E DE FAZENDA PÚBLICA DE MACAPÁ
RUA MANOEL EUDÓXIO PEREIRA, S/Nº

contextual dos elementos trazidos aos autos, que se faz mister dividir, didaticamente, em dois aspectos: b.1) o fato de o vídeo do réu ser direcionado ao autor; b.2) a inverdade no conteúdo do vídeo impugnado.

b.1) Dos Elementos que Permitem a Identificação do Autor como Alvo do Vídeo

Sabe-se que, usualmente, adversários políticos e opositores do autor se valem de alcunhas para a ele se referir sem a utilização de seu nome de forma direta. Neste contexto, termos como “fala-fina”, em alusão ao timbre de voz do autor, é um dos termos usualmente utilizados.

Outrossim, em tentativas preconceituosas e retrógradas de abalar a imagem pública do autor junto à população, em diversas ocasiões, adversários políticos buscaram alegar se tratar este de pessoa homoafetiva.

Aos 0:39 segundos do vídeo publicado em 11/05/2022, quando o réu faz referência a “um Senador aí que fica falando fino”, surge na tela um *frame* com a imagem de uma gazela. Ora, é consabido que, no linguajar cotidiano, termos como “gazela” e “veado”, são utilizados em caráter alusivo à homoafetividade. Logo, a combinação utilizada pelo réu, valendo-se da alcunha associada ao timbre de voz do autor, e da associação de sua imagem a um animal popularmente relacionado a pessoas homoafetivas, permitem concluir que, de forma velada, as acusações constantes do material midiático divulgado em 11/05/2022 são direcionadas ao autor do presente feito.

b.2) Da Inverdade do Conteúdo do Vídeo

Neste tópico, importa a percepção de uma questão fundamental: o réu alega que as obras de pavimentação ocorreram dando preferência às ruas próximas a casa de um Senador (acusação esta dirigida ao autor, como já elucidado no item anterior).

Note-se que, em momento algum, o réu apresenta provas quanto às alegações suscitadas no vídeo publicado em 11/05/2021, seja extrajudicialmente, ou no exercício do contraditório *in judicio*. Sabe-se que uma das funções típicas do Poder Legislativo é a fiscalização das ações desempenhadas pelos demais poderes, notadamente, o Poder Executivo.

Assim, a atividade fiscalizatória do réu, nada obstante seja fundamental, não pode ser utilizada para a divulgação de mentiras. Não há, na ordem jurídica pátria, direito fundamental à divulgação de notícias falsas, principalmente, as que sejam violadoras da honra alheia.

Ao apontar que as obras de pavimentação realizadas no bairro do Goiabal foram feitas com o fito de prestigiar a residência do autor, o réu profere alegações



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
COMARCA DE MACAPÁ
2ª VARA CÍVEL E DE FAZENDA PÚBLICA DE MACAPÁ
RUA MANOEL EUDÓXIO PEREIRA, S/Nº

descabidas de fundamento (visto que não provadas) as quais têm o condão de manchar a imagem do autor junto à população, associando-o a conchavos políticos e favorecimentos pessoais junto ao Poder Público municipal.

Assim, importa consignar, desde já, que não é possível se falar em prerrogativa parlamentar ou livre exercício do direito de expressão quando o que se está promovendo é a divulgação de notícias que, sabidamente, são falsas. Neste sentido, a jurisprudência dos Tribunais Superiores vêm se desenvolvendo em direção à possibilidade de intervenção do Judiciário nas ocasiões em que parlamentares buscam se valer das prerrogativas e imunidades para divulgação de notícias falsas ou adulteração da verdade, como se verifica no seguinte aresto oriundo do TSE:

RECURSO ORDINÁRIO. ELEIÇÕES 2018. DEPUTADO ESTADUAL. AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL (AIJE). USO INDEVIDO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL. ABUSO DE PODER POLÍTICO E DE AUTORIDADE. ART. 22 DA LC 64/90. TRANSMISSÃO AO VIVO. REDE SOCIAL. DIA DO PLEITO. HORÁRIO DE VOTAÇÃO. FATOS NOTORIAMENTE INVERÍDICOS. SISTEMA ELETRÔNICO DE VOTAÇÃO. FRAUDES INEXISTENTES EM URNAS ELETRÔNICAS. AUDIÊNCIA DE MILHARES DE PESSOAS. MILHÕES DE COMPARTILHAMENTOS. PROMOÇÃO PESSOAL. IMUNIDADE PARLAMENTAR COMO ESCUDO PARA ATAQUES À DEMOCRACIA. IMPOSSIBILIDADE. GRAVIDADE. CASSAÇÃO DO DIPLOMA. INELEGIBILIDADE. PROVIMENTO. [...] 12. **Inviável afastar o abuso invocando-se a imunidade parlamentar como escudo.** No caso de manifestações exteriores à Casa Legislativa a que pertence o parlamentar, "há necessidade de verificar se as declarações foram dadas no exercício, ou em razão do exercício, do mandato parlamentar; ou seja, se o denunciado expressou suas opiniões, sobre questões relacionadas a políticas governamentais; e se essas opiniões se ativeram aos parâmetros constitucionalmente aceitos, ou se teriam extrapolado eventuais parâmetros das imunidades materiais" (voto do Min. Alexandre de Moraes no Inquérito 4.694/DF, DJE de 1º/8/2019). 13. **A internet e as redes sociais enquadram-se no conceito de "veículos ou meios de comunicação social"** a que alude o art. 22 da LC 64/90. Além de o dispositivo conter tipo aberto, a Justiça Eleitoral não pode ignorar a realidade: é notório que as Eleições 2018 representaram novo marco na forma de realizar campanhas, com claras vantagens no uso da internet pelos atores do processo eleitoral, que podem se comunicar e angariar votos de forma mais econômica, com amplo alcance e de modo personalizado mediante interação direta com os eleitores. [...] 20. **O recorrido valeu-se das falsas denúncias para se promover como uma espécie de**



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
COMARCA DE MACAPÁ
2ª VARA CÍVEL E DE FAZENDA PÚBLICA DE MACAPÁ
RUA MANOEL EUDÓXIO PEREIRA, S/Nº

paladino da justiça, de modo a representar eleitores inadvertidamente ludibriados que nele encontraram uma voz para ecoar incertezas sobre algo que, em verdade, jamais aconteceu. Também houve autopromoção ao mencionar que era Deputado Federal e que a imunidade parlamentar lhe permitiria expor os hipotéticos fatos. 21. Gravidade configurada pela somatória de aspectos qualitativos e quantitativos (art. 22, XVI, da LC 64/90). O ataque ao sistema eletrônico de votação, noticiando-se fraudes que nunca ocorreram, tem repercussão nefasta na legitimidade do pleito, na estabilidade do Estado Democrático de Direito e na confiança dos eleitores nas urnas eletrônicas, utilizadas há 25 anos sem nenhuma prova de adulterações. Além disso, reitera-se a audiência de mais de 70 mil pessoas e, até 12/11/2018, mais de 400 mil compartilhamentos, 105 mil comentários e seis milhões de visualizações. 22. Na linha do parecer ministerial, "a transmissão ao vivo de conteúdo em rede social, no dia da eleição, contendo divulgação de notícia falsa e ofensiva por parlamentar federal, em prol de seu partido e de candidato, configura abuso de poder de autoridade e uso indevido de meio de comunicação", sendo grave a afronta à "legitimidade e normalidade do prélio eleitoral". (RECURSO ORDINÁRIO ELEITORAL nº 060397598, Acórdão, Relator(a) Min. Luis Felipe Salomão, Publicação: DJE - Diário da justiça eletrônico, Tomo 228, Data 10/12/2021)

De igual sorte, o STF tem se debruçado sobre o tema, e empreendido rigoroso combate às notificações falsas:

LIBERDADE DE EXPRESSÃO - AGENTE POLÍTICO - HONRA DE TERCEIRO. Ante conflito entre a liberdade de expressão de agente político, na defesa da coisa pública, e honra de terceiro, **há de prevalecer o interesse coletivo**, da sociedade, não cabendo potencializar o individual. (RE 685493, Relator(a): MARCO AURÉLIO, Tribunal Pleno, julgado em 22/05/2020, ACÓRDÃO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-204 DIVULG 14-08-2020 PUBLIC 17-08-2020)

RECLAMAÇÃO - ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL Nº 130/DF. O Supremo, no julgamento da arguição de descumprimento de preceito fundamental nº 130, relator ministro Carlos Ayres Britto, acórdão publicado no Diário da Justiça eletrônico de 6 de novembro de 2009, assentou ser a plena liberdade de imprensa, patrimônio imaterial, o mais eloquente atestado de evolução político-cultural do povo. **A intervenção do Judiciário volta-se ao controle do abuso, podendo desaguar em indenização**



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
COMARCA DE MACAPÁ
2ª VARA CÍVEL E DE FAZENDA PÚBLICA DE MACAPÁ
RUA MANOEL EUDÓXIO PEREIRA, S/Nº

por dano material, moral e à imagem. (Rcl 45682 AgR, Relator(a): ALEXANDRE DE MORAES, Relator(a) p/ Acórdão: MARCO AURÉLIO, Primeira Turma, julgado em 22/03/2021, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-102 DIVULG 27-05-2021 PUBLIC 28-05-2021)

PENAL E PROCESSO PENAL. AÇÃO PENAL PRIVADA. CRIME DE DIFAMAÇÃO. ART. 139 DO CÓDIGO PENAL. PRELIMINAR DE INÉPCIA DA QUEIXA-CRIME REJEITADA. IMUNIDADE PARLAMENTAR. NÃO INCIDÊNCIA. PUBLICAÇÃO DE VÍDEO EDITADO MEDIANTE CORTES, ATRIBUINDO-LHE CONTEÚDO RACISTA INEXISTENTE NA FALA ORIGINAL. COMPROVAÇÃO DA MATERIALIDADE E DA AUTORIA. CONFIGURAÇÃO DO ANIMUS DIFFAMANDI. AÇÃO PENAL JULGADA PROCEDENTE. [...] 2. PREJUDICIAL DE MÉRITO (a) A imunidade parlamentar teve sua incidência afastada no caso ora em julgamento, por ocasião do recebimento da exordial acusatória. (b) A imunidade parlamentar exige, para sua incidência, que o ato incriminado tenha sido praticado in officio ou propter officio. Os atos delituosos praticados fora do recinto do parlamento e desvinculados do exercício da função não se encontram ao abrigo da imunidade material. Precedentes (Inq. 3932 e Pet 5243, Primeira Turma, Rel. Min. Luiz Fux, DJe 9/9/2016; Inq. 3438, Primeira Turma, Rel. Min. Rosa Weber, DJe 10/2/2015; Inq. 3672, Primeira Turma, Rel. Min. Rosa Weber, DJe 21/11/2014; RE 299.109-AgR, Primeira Turma, Rel. Min. Luiz Fux, DJe 1º/6/2011). (c) **A veiculação dolosa de vídeo com conteúdo fraudulento, para fins difamatórios, conferindo ampla divulgação (rede social) a conteúdo sabidamente falso, não encontra abrigo na nobre garantia constitucional da imunidade parlamentar, insculpida no artigo 53 da Lei Maior, e que protege a liberdade e independência dos eleitos para defender suas opiniões mediante suas palavras e votos.** (d) No acórdão de recebimento da inicial, restou assentado que “A liberdade de opinião e manifestação do parlamentar, racione muneris, impõe contornos à imunidade material, nos limites estritamente necessários à defesa do mandato contra o arbítrio, à luz do princípio republicano que norteia a Constituição Federal”. (e) Prejudicial rejeitada. 3. MÉRITO [...] (f) Simultaneamente, há prova nos autos do impacto sobre a imagem do Autor, como se extrai da ampla circulação conferida ao vídeo fraudulento a partir do perfil do Réu no Facebook, observando exclusivamente os dados existentes na sua página, a partir da qual houve o indevido propulsão do conteúdo falso. **Ademais, a fraude revela nítido potencial de enganar os**



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
COMARCA DE MACAPÁ
2ª VARA CÍVEL E DE FAZENDA PÚBLICA DE MACAPÁ
RUA MANOEL EUDÓXIO PEREIRA, S/Nº

cidadãos que a visualizaram e de produzir discursos de ódio contra a fala indevidamente alterada, difamando seu opositor político. [...] 5. (a) A publicação em perfil de rede social é penalmente imputável ao agente que, dolosamente, tem o intuito de difamar, injuriar ou caluniar terceiros, máxime quando esteja demonstrado o conhecimento da falsidade do conteúdo. (b) Inviável desresponsabilizar autores de perfis utilizados para a disseminação dolosa de campanhas difamatórias, caluniosas ou injuriosas nas redes sociais, fundadas em conteúdos falsos. (c) É irrelevante, para fins de determinação da autoria, o anonimato do “criador do conteúdo” (editor ou programador visual, por exemplo) ou da terceirização das postagens (perfil administrado por um preposto) pelo titular do perfil utilizado para divulgar a notícia falsa. Revela-se bastante e suficiente, para fins de determinação da autoria dolosa, a demonstração do conhecimento do titular do perfil quanto à fraude do conteúdo e sua intenção de causar danos à honra das vítimas. 6. (a) No dizer de John Stuart Mill, opiniões equivocadas devem ser protegidas, enquanto tais, pois mesmo elas contribuem, no procedimento dialógico da sua refutação, para o debate e o esclarecimento da verdade: “(...) a opinião que se tenta suprimir por meio da autoridade talvez seja verdadeira. Os que desejam suprimi-la negam, sem dúvida, a sua verdade, mas eles não são infalíveis. Não têm autoridade para decidir a questão por toda a humanidade, nem para excluir os outros das instâncias do julgamento. Negar ouvido a uma opinião porque se esteja certo de que é falsa, é presumir que a própria certeza seja o mesmo que certeza absoluta. Impor silêncio a uma discussão é sempre arrogar-se infalibilidade”. E conclui: “Se a opinião é certa, aquele foi privado da oportunidade de trocar o erro pela verdade; se errônea, perdeu o que constitui um bem de quase tanto valor — a percepção mais clara e a impressão mais viva da verdade, produzidas pela sua colisão com o erro” (John Stuart Mill, On Liberty, capítulo 1). (b) **A liberdade de expressão no debate democrático distingue-se, indubitavelmente, da veiculação dolosa de conteúdos voltados a simplesmente alterar a verdade factual e, assim, alcançar finalidade criminosa de natureza difamatória, caluniosa ou injuriosa.** (c) **A alavancagem de conteúdos fraudulentos, mediante artifício ardilosamente voltado à destruição da honra de terceiros nas redes sociais, revela alto potencial lesivo, tolhendo, até mesmo, o exercício de outros direitos fundamentais das vítimas - direitos políticos, liberdade de locomoção e, no limite, integridade física e direito à vida, não revelando qualquer interesse em contribuir para**



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
COMARCA DE MACAPÁ
2ª VARA CÍVEL E DE FAZENDA PÚBLICA DE MACAPÁ
RUA MANOEL EUDÓXIO PEREIRA, S/Nº

ganhos na construção de uma sociedade democrática. (d) As instituições democráticas e os objetivos fundamentais da República, anunciados no preâmbulo da Constituição de 1988, dependem da compreensão compartilhada no sentido de que, na letra da nossa Lei Fundadora, “nós, o povo brasileiro, nos reunimos para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias”. (e) A Constituição, no Estado Democrático de Direito, é o norte do Estado Juiz na verificação da regularidade do exercício do direito fundamental à liberdade de expressão. (f) A criminalização da veiculação de conteúdo com finalidade difamatória, caluniosa ou injuriosa não colide com o direito fundamental à liberdade de expressão, que resta protegida também nos casos de desconhecimento da manipulação fraudulenta do conteúdo, a caracterizar hipótese de erro, que exclui a ilicitude (artigo 20, §1º, do Código Penal). [...] (AP 1021, Relator(a): LUIZ FUX, Primeira Turma, julgado em 18/08/2020, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-254 DIVULG 20-10-2020 PUBLIC 21-10-2020)

Ademais, acerca da verdade factual, elemento fulcral do acórdão acima trazido, importa notar para a lição do jornalista Eugênio Bucci:

Independentemente da classificação adotada, há um consenso: **relatos fraudulentos e notícias enganosas se tornaram um fator de desagregação das sociedades democráticas deste início de século XXI.** É óbvio que a mentira faz parte do repertório dos jornais desde que eles foram inventados. É óbvio também que os políticos, mesmo os melhores, não costumam primar pela postura transparente e sincera. Sendo assim, é preciso especificar de modo menos vago qual verdade (ou inverdade) a imprensa e a política procuram mobilizar. [...] essa verdade nada tem de metafísica, de religiosa; não é uma verdade que se manifeste em epifania: ela é simplesmente a verdade dos fatos, ou seja, aquela que poderia ser objetivamente descrita conforme se apresenta no plano material daquilo que chamamos de fatos.

[...]

Em nosso tempo, a imprensa, a política e o debate público devem se contentar com uma verdade, portanto, que seja menos



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
COMARCA DE MACAPÁ
2ª VARA CÍVEL E DE FAZENDA PÚBLICA DE MACAPÁ
RUA MANOEL EUDÓXIO PEREIRA, S/Nº

pretensiosa que a verdade filosófica ou a verdade religiosa. A verdade factual se erige apoiada estritamente nos acontecimentos. O que dizer hoje, então, das noções mais grandiloquentes de verdade? O que dizer das verdades libertadores, quase absolutas, que foram e ainda são invocadas por políticos e por jornalistas?[...].

A verdade factual não encerra promessas tão retumbantes, mas, talvez, por não ter a pretensão de impor-se como o universal e como o absoluto, ajude as pessoas a se emanciparem e a guardarem, entre si, padrões racionais e respeitosos de convivência. Herdeiros que somos do Iluminismo, deveríamos levar esse recado da História um pouco mais a sério. [...]. (BUCCI, Eugênio. **Existe Democracia Sem Verdade Factual?**. 1ª ed. Barueri: Estação das Letras e Cores, 2019.)

Logo, em tempos de pós-verdade e proliferação de *fake news*, atentar-se à defesa da verdade factual constitui um verdadeiro imperativo para a sobrevivência do regime democrático e das instituições republicanas.

Nesta toada, analisando o arcabouço fático-probatório carreado nos autos, melhor sorte assiste ao autor, posto que logrou demonstrar que não possui imóvel na região contemplada com as obras de pavimentação (como se depreende da declaração de bens junto à Justiça Eleitoral).

Com efeito, não há comprovação que haja interesses não republicanos na definição das vias contempladas com as obras.

E mais. As provas pré-constituídas demonstram a articulação política entre o mandato do autor, a atuação da prefeitura enquanto executora, e a comunidade local de moradores, desconstituindo a narrativa empreendida pelo réu no vídeo em que profere acusações de benefícios pessoais concedidos ao autor pela gestão municipal.

Assim, restando plenamente constituído o primeiro requisito para concessão das liminares, a existência do direito pleiteado, passa-se, então, análise do segundo.

c) Do Perigo da Demora

O perigo da demora resta consubstanciado na própria natureza das notícias falsas. Um estudo realizado por Soroush Vosoughi, Deb Roy e Sinan Aral, pesquisadores do Instituto de Tecnologia de Massachussets (MIT), publicado na revista *Science*, demonstrou que notícias falsas se difundem com maior abrangência, velocidade e profundidade que notícias verdadeiras, e seus efeitos são ainda mais pronunciados quando se trata de notícias falsas envolvendo política. (VOSOUGHI, S.; ROY, D.; ARAL, S. *The Spread of True and False News Online*. **Science**. v. 359, n. 6380, pp. 1146-1151, 2018)



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
COMARCA DE MACAPÁ
2ª VARA CÍVEL E DE FAZENDA PÚBLICA DE MACAPÁ
RUA MANOEL EUDÓXIO PEREIRA, S/Nº

Ademais, as redes sociais são um ambiente propício para a sua divulgação, com mecanismos de rápida difusão das informações, compartilhamento instantâneo para múltiplos usuários, e impulsionamento de postagens através de engajamento e mecanismo algorítmicos.

Assim, reveste-se de imperiosa urgência a atuação deste Juízo no sentido de garantia do direito de resposta ao autor. A partir de uma interpretação teleológica da própria lei do direito de resposta, verifica-se que a exiguidade dos prazos denota a grandeza e a proteção conferida normativamente à matéria em comento, razão pela qual a concessão da liminar se mostra a mais alvissareira medida diante do caso concreto e dos graves riscos à reputação do autor desta demanda.

Este Juízo, importa consignar, não descarta da possibilidade de ocorrência do efeito *Streisand*, termo cunhado para a designar o *backlash* usualmente ocorrente em situações nas quais se tenta censurar a divulgação de informações. Todavia, importa repisar: o conteúdo do vídeo impugnado pelo autor é falso.

Conclui-se, portanto, que diante do acervo probatório, o réu não demonstrou a veracidade do alegado, mas, apenas, se limitou a repetir ilações e se vale da imunidade parlamentar, o que, como já dito, não pode ser utilizado para justificar a divulgação de fake News atentatórias à honra das pessoas e, em última análise, ao próprio pleno exercício da democracia pela sociedade brasileira.

III - DISPOSITIVO

Ante o exposto, JULGO PROCEDENTES os pedidos declinados na exordial e extingo o feito com resolução do mérito, na forma do art. 487, I do CPC, para determinar que o réu, sr. KARLYSON DA SILVA REBOLÇA, publique em seu perfil no Facebook, em até 24 horas após a intimação da presente sentença, o vídeo confeccionado pelo autor para exercício de seu direito de resposta, bem como para que publique a presente decisão no mesmo perfil, mantendo ambas as postagens, sem qualquer restrição de publicidade, por 30 (trinta) dias corridos, sob pena de multa diária de R\$ 500,00 por dia de descumprimento, limitada a R\$ 20.000,00, que será revertida em favor do autor.

Diante da sucumbência, condeno o réu ao pagamento dos honorários advocatícios no valor de R\$ 500,00, na forma do art. 85, §8º do CPC.

Publique-se. Intimem-se.

Transcorrido o prazo recursal sem impugnações ou requerimentos, certifique-se o trânsito em julgado e arquivem-se os autos.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
COMARCA DE MACAPÁ
2ª VARA CÍVEL E DE FAZENDA PÚBLICA DE MACAPÁ
RUA MANOEL EUDÓXIO PEREIRA, S/Nº

MACAPÁ, 27/07/2022

DIOGO DE SOUZA SOBRAL

Juiz(a) de Direito